

# Lourenço discute com Sarney os temas que o governo quer cortar

por Adriana Vera e Silva de Brasília

O presidente José Sarney recebeu ontem no Palácio da Alvorada o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), para conversar sobre os temas que o governo deseja mudar no segundo turno de votação da Assembléia Constituinte. Segundo Lourenço, "o presidente considera que se estes temas fizerem parte do texto constitucional o País vai ficar ingovernável".

Entre os tópicos que o governo deseja suprimir, o líder do PFL citou a estatização dos bancos de sangue, a possibilidade de voto para os maiores de 16 anos, o limite anual de 12% para os juros, a licença-paternidade de oito dias, a jornada máxima de seis horas de trabalho nos locais de funcionamento ininterrupto, a anistia fiscal, a anistia das dívidas de microempresários e produtores rurais contraídas durante o Plano Cruzado e o monopólio de empresas brasileiras de capital nacional para a prestação de bens e serviços ao Estado.

José Lourenço esclareceu que o PFL, apesar de apoiar estas posições do governo e de estar trabalhando junto com a bancada governista na Constituinte para suprimir estes temas no segundo turno, tem questões específicas que deseja retirar do texto constitucional. Como exemplo, o deputado se referiu ao monopólio de empresas brasileiras para a

exploração e industrialização de minérios.

Alguns dos temas que o governo e o PFL estão trabalhando para suprimir poderão ser negociados com a bancada do PMDB, conforme disse ontem o líder pemedebista na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS). Segundo ele, "ainda é muito cedo para se dizer que há acordos fechados, mas é possível afirmar que o PMDB está aberto a negociações em determinados postos e não cede em nenhum acordo em relação a outros, porque deseja manter o que está aprovado".

O líder do PMDB colocou no primeiro grupo as seguintes questões: anistia para as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado por microempresários e produtores rurais; a anistia de cobrança de juros e encargos para as dívidas com as fazendas municipal, estadual e federal; a licença-paternidade; a jornada máxima de seis horas; a reforma agrária; o voto aos 16 anos; a estatização dos bancos de sangue e o monopólio de empresas brasileiras de capital nacional para a prestação de bens e serviços ao Estado.

Nelson Jobim disse que seu partido vai lutar para manter na nova Constituinte todo o capítulo dos direitos fundamentais, incluindo o direito de greve, a nacionalização da mineração, a reforma tributária, a jornada máxima de 44 horas semanais de trabalho e a instituição da Comissão



Nelson Jobim

Parlamentar de Inquérito para examinar a dívida externa.

## AS DIVERGÊNCIAS ENTRE PMDB E PFL

Um dos pontos de atrito entre o PMDB e o PFL para o fechamento de acordos está na questão da jornada de seis horas diárias de trabalho. Os pemedebistas aceitam negociar apenas a supressão da palavra "máxima", o que, segundo o líder Nelson Jobim, "vai remeter para as negociações entre empregados e empregadores a regulamentação do tempo máximo de trabalho nos locais de funcionamento ininterrupto".

Para o líder do PFL, entretanto, "tirar a palavra

máxima" não muda nada do que está aprovado e este texto vai prejudicar a empresa siderúrgica nacional. Ela vai perder muitos mercados no exterior".

A nacionalização da mineração é outro ponto de atrito. O PMDB deseja manter o texto aprovado "porque ele foi fruto de acordo na votação do primeiro turno". Nas Disposições Transitórias, ficou estabelecido que as empresas estrangeiras poderão continuar explorando minerais no Brasil desde que no prazo de quatro anos após a promulgação da nova Constituição esteja industrializando (mesmo através de subsidiárias) os minérios em território nacional.

Em relação à estatização dos bancos de sangue, a proposta de acordo do PMDB é mantê-la e deixar para as empresas privadas a exploração dos produtos derivados do sangue. O partido propõe acordo na questão do monopólio de empresas nacionais para a prestação de bens e serviços ao Estado através da regulamentação deste tema pela legislação complementar. Esta estratégia é também proposta pelos pemedebistas para a definição do prazo para a licença-paternidade.

## Os números do prejuízo com a anistia fiscal

por Ascânio Seleme de Brasília

A anistia fiscal aprovada no corpo das Disposições Transitórias da Constituinte pode trazer um prejuízo superior a CZ\$ 500 bilhões para os cofres da União. Os números foram apresentados ao deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) pelo titular da Secretaria da Receita Federal (SRF), Reinaldo Mustafa.

Segundo o deputado, o débito atual da SRF com impostos não recolhidos é de CZ\$ 1,459 trilhão. Deste total, CZ\$ 511 bilhões são débitos em conta corrente e ainda em fase de negociação entre União e devedores, enquanto CZ\$ 949 bilhões estão inscritos na dívida ativa da União para serem executados. Ferreira Lima afirma que mais de 40% deste total é referente aos juros e multas que a Constituinte pretende anistiar.

A emenda supressiva do deputado pernambucano retira do texto o "caput" do artigo 54 e os seus três primeiros parágrafos. Exatamente o texto que dá forma a esta anistia fiscal. Maurílio Ferreira Lima mantém o quarto parágrafo do artigo que remete ao Congresso Nacional qualquer outra forma de anistia que envolva matéria tributária ou previdenciária.

"O artigo passou sorrateiramente pelo plenário da Constituinte", explica Ferreira Lima. Segundo o deputado, a matéria foi apresentada juntamente com três outros dispositivos e mereceu a condição de "assunto acordado" pela mesa da Assembléia Constituinte. "Não houve discussão ou encaminha-mento do assunto. O artigo foi aprovado no penúltimo dia de votação das transitórias", disse Ferreira Lima.

Para suprimir a anistia fiscal, o deputado já está mantendo contatos com diversos segmentos da Constituinte. Ele garante já ter o respaldo da liderança do PMDB e dos partidos de esquerda, além de ter o aval do deputado José Lins (PFL-CE) que levará sua emenda à consideração do "Centrão". "Ao governo também interessa suprimir este artigo, vou levar a emenda ao líder Carlos Sant'Anna", sublinhou o deputado.

## "NÃO HA PERDAS"

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da SRF discorda da apreensão de Ferreira Lima. Apesar de também votar pela supressão do artigo, Dornelles afirma que a manutenção do artigo "não implica perda nenhuma para o governo". Ele garante que três quartos dos débitos em conta corrente são inegociáveis, enquanto quase toda a parcela inscrita na dívida ativa é simplesmente "impagável".

"A maioria dos devedores é composta por indivíduos que sumiram ou empresas que acabaram", afirma Dornelles. Ele explica, ainda, que os principais devedores da SRF as grandes empresas, não serão beneficiados. "Grandes empresas não se beneficiarão porque não têm condições de pagar o principal mais a correção monetária de uma única vez", diz Dornelles. O artigo 54 estabelece que o débito deve ser liquidado em parcela única até 120 dias após a promulgação da Constituição.

Outro aspecto observado por Dornelles: "Através do Decreto-lei nº 1.184, o ministro da Fazenda tem poder para perdoar multas e juros das dívidas com a União. O que a Constituinte propõe o ministro da Fazenda já pode fazer, caso a caso", explica. Dornelles entende que o problema da arrecadação da Fazenda está na estrutura de cobrança. "Trata-se de um sistema ultrapassado que precisa imediatamente ser revisto", conclui.

O procurador-geral da Fazenda, Cid Heráclito, acha que a extensão do prazo oferecido pela anistia fiscal (dezembro de 1987) inclui na matéria pessoas e empresas que ainda não são devedoras da SRF. Heráclito também critica a matéria por abranger os débitos estaduais e municipais. O procurador da Fazenda entende que a matéria deveria limitar o prazo do benefício a dezembro de 1986.

Por outro lado, o procurador Cid Heráclito pensa que a anistia seria "até mesmo positiva, na medida em que possibilita a limpeza dos processos acumulados na procuradoria". Heráclito concorda com Dornelles quanto à capacidade de pagamento dos devedores. Ele ressalva, entretanto, que o simples anúncio da anistia já provoca reações no contribuinte que geram cessação de pagamentos de impostos devidos.

## Dois artigos fortalecem o Legislativo

por Ascânio Seleme de Brasília

Dois artigos que tratam de questões econômicas na futura Constituição fortalecem o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais. O artigo 41 das Disposições Transitórias estabelece que fundos existentes na data da promulgação da Constituição serão extintos se não forem ratificados pelo Congresso Nacional em dois anos.

Não estão sujeitos a esta norma os fundos resultantes de isenções fiscais e os que interessam à defesa nacional. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, pelo seu caráter privado e não público, também não passa pelo crivo do Congresso. Por outro lado, o FGTS já está incorporado ao capítulo dos Direitos Sociais como garantia do trabalhador.

O artigo 46, das mesmas Disposições Transitórias, revoga os incentivos fiscais de natureza setorial que não forem confirmados por lei em até dois anos após a promulgação da nova Constituição. Este dispositivo força governadores e prefeitos a negociação com suas casas legislativas.

## Sindicatos da Bahia são contra turno de 6 horas

por Sérgio Garschagen de Brasília

A adoção do turno de trabalho ininterrupto de 6 horas aumenta os acidentes de trabalho e compromete os procedimentos de segurança industrial e das operações gerais de salvamento. A constatação é do Sindicato da Indústria Petroquímica e de Resinas Sintéticas (Sinper) e do Sindicato de Produtos Químicos para Fins Industriais, de Camaçari, (Sinpaq), ambos da Bahia. Os dois sindicatos analisaram levantamento da Petrobrás, junto às refinarias "Landulfo Alves (BA), que adota o turno de 8 horas, e "Presidente Bernardes" (SP), que trabalha com a jornada de 6 horas ininterruptas. No ano de 1987 a Petrobrás constatou 19 acidentes na refinaria baiana e 62 na paulista, com um total de 7.894 dias perdidos, sendo que deste total 7.236 referem-se à planta paulista. Neste mesmo estudo, distribuído nesta semana pelos dois sindicatos aos parlamentares, a Petrobrás constata que na Refinaria Presidente Bernardes, situada a 15 quilômetros do centro de Cubatão, registrou-se no ano passado um acidente envolvendo operários em trânsito. A grande maioria dos operários das duas refinarias mora na periferia das duas cidades. No mesmo período, a refinaria baiana, situada a 60 quilômetros do centro de Salvador, registrou dois acidentes. Para os dois sindicatos, esses dados comprovam o maior cansaço dos trabalhadores devido à adoção do turno direto de 6 horas em Cubatão.

## SIDERURGIA

Em nota divulgada ontem sobre o turno das seis horas, o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) manifestou-se contra a mudança parcial do inciso da Constituinte que trata da jornada de trabalho. A alteração ora em análise prevê a retirada da palavra "máxima" quando se refere à jornada de 6 horas. "A siderurgia — estatal e privada — é pela total supressão do inciso que trata da matéria, pois somente assim serão definitivamente eliminados os impactos altamente negativos que a medida provocará na produtividade, nos custos e na competitividade das empresas que trabalham nesse regime de turno de revezamento."

## Agenda

### SESSÃO DE ONTEM

EXAME DE EMENDAS — O presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, terminou o exame inicial das 1.844 emendas entregues para serem votadas no segundo turno. O deputado eliminou setenta das emendas apresentadas por não estarem de acordo com o regimento. O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, já terminou de analisar as emendas referen-

tes aos títulos I e II do texto aprovado e deu parecer contrário às emendas que suprimiam o direito de greve porque este tema foi fruto de acordo no primeiro turno de votação.

### SESSÃO DE HOJE

PUBLICAÇÃO — Serão publicadas todas as emendas ao segundo turno. Começa oficialmente o prazo para que o relator Bernardo Cabral dê seu parecer técnico sobre elas.